

IMAGENS DA INFÂNCIA NO BRASIL  
ESCRAVOCRATA

Luciana Esmeralda Ostetto\*

1. INTRODUÇÃO:

O tema da infância como objeto de estudo emerge de um conjunto de questionamentos que fomos acumulando durante os anos de nossa prática profissional, enquanto professora e depois coordenadora de educação pré-escolar (crianças de 0 a 6 anos) que foram tomando forma de pesquisa com nossos estudos no curso de mestrado da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Naquela época chamava nossa atenção o tratamento que os adultos/professores dispensavam aos alunos pequenos. Por detrás desse tratamento podíamos perceber uma determinada concepção de infância.

Na nossa apreensão, na prática pedagógica observada, havia duas concepções de infância. Uma, dominante, era a da criança frágil, inábil e incompleta, sendo o parâmetro o adulto - forte, hábil, completo. Um "ser em falta", em oposição àquele "ser que é".

Outra imagem percebida era a que valorizava a criança como "ser em desenvolvimento" que é capaz e hábil de acordo com suas possibilidades e maturação. A criança "é" é possui características diferentes das características dos adultos. Advinha dessa concepção uma prática de valorização da atividades, do ponto de vista e do processo de desenvolvimento da criança.

\* Aluna do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal São Carlos.

Até que ponto nossas "intuições" estavam corretas? Não sabemos. São reflexões que necessitam verificação.

Entretanto, uma coisa ficamos sabendo a partir destas indagações e intuições: a necessidade de conhecer a história da infância no Brasil. Vale dizer, conhecer a história do Brasil uma vez que as idéias e representações emergem sempre de uma base concreta, "síntese de múltiplas determinações" e são históricas.

Assim é que fomos descobrindo que a infância, em todo o lugar, não foi sempre a mesma, ou melhor, nem sempre foi, nem sempre existiu. Ela acompanhou as transformações da sociedade e com ela se transformou.

Este ensaio sobre as imagens da infância no Brasil escravocrata pretende ser o início de um estudo acerca da infância brasileira no período. Inicialmente discutimos a questão da infância enquanto imagem histórica. Depois noticiamos alguns aspectos da vida dos "índios" com relação às crianças, quando da chegada dos colonizadores nos trópicos. Em seguida tentamos compor as imagens da criança na Colônia e no Império.

## 2. A CRIANÇA POSTA (E IMPOSTA) PELA HISTÓRIA

"As almas infantis são brandas como a neve,  
São pérolas de leite em urnas virginais:  
Tudo quanto se grava e quanto ali se escreve,  
Cristaliza em seguida e não se apaga mais".

(Guerra Junqueiro)

As almas infantis brancas, brandas e imaculadas, nem sempre foram assim. Elas já estiveram manchadas e até mesmo esque-

cidas de qualquer preocupação da sociedade adulta.

O sentimento de infância, enquanto consciência das particularidades infantis e respeito pelas características específicas da criança que a diferenciam essencialmente do adulto, nem sempre existiu.

As pesquisas do historiador francês Philippe Aries<sup>1</sup> são reveladoras nesse sentido e têm contribuído para o avanço do estudo do tema.

Através do estudo da iconografia, dos trajes utilizados, de antigos diários e testamentos de famílias, o autor relata as transformações e evoluções do sentimento de infância. Deixa crer que o despertar da criança enquanto "objeto" de estima e preocupação por parte dos adultos é um fenômeno dos tempos modernos, praticamente inexistente antes do século XV. Afirma que é em meio as mudanças ocorridas na forma de organização da sociedade e no bojo da reorganização familiar dos séculos XV e XVI que surge a valorização da criança<sup>2</sup>.

O sentimento então descoberto, de atenção, zelos, e agrados para com aquele pequenino e frágil ser vai evoluindo, recebendo as marcas das transformações sociais.

Se num determinado momento histórico a criança não tem valor, é tratada com indiferença e sem maiores cuidados e, se em outro determinado momento histórico ela passa a ocupar um lugar privilegiado, valorizado, necessitando ser educada, cuidada e moralizada, é sinal de que a criança não é e não foi sempre a mesma. Ou seja, que não existe "a" criança, universal, ideal, possuidora de uma natureza infantil a-histórica. O que existe é uma condição

infantil que acompanha o desenvolvimento da sociedade. No limite, podemos afirmar que qualquer referência à existência de uma natureza infantil (seja corrupta ou corrompida)<sup>3</sup> é ideológica, por que mascara e encobre a verdadeira condição infantil - sua existência num específico contexto social.

A criança é histórica, não existe "em si", em essência. Ela é existência concreta e deve ser percebida dentro da totalidade social.

O modelo, o tipo de criança, bem como seu desenvolvimento é socialmente determinado, isto é, mediado pelas relações sociais existentes<sup>4</sup>. O sentimento por ela despertado representa as aspirações e recusas e diferentes formações sociais. A criança é formada, num certo sentido moldada, diferenciadamente, por e para distintas formas de organização social.

Assim, o valor dispensado ao "pequeno ser" não é único. Depende das condições de vida, da classe social e do meio cultural de sua família. Seu desenvolvimento é a concretude das transformações sociais.

Compreendendo que a análise da concepção de infância, num determinado momento histórico, deve se basear na análise da condição infantil e não na natureza infantil, considerando os determinantes econômicos, sociais, políticos e culturais, tentaremos trilhar o caminho de desvendar a criança, ou crianças, do Brasil colonial e imperial.

### 3. TIPÓIA E JURUPARI: BREVE NOTÍCIA DA CRIANÇA NATIVA

Notícias sobre a vida dos primitivos moradores da

assim chamada "Terra do pau-brasil" são encontradas nos relatos e diários de viajantes, missionários e cronistas que por ela andaram nos primeiros séculos de sua colonização.

Alude Martinho da Rocha<sup>5</sup> ser a carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei D. Manuel, em 1º de maio de 1500, o primeiro relato sobre o cuidado dispensado à criança dessa terra:

"Também andava aí outra mulher moça, com um menino ou menina no colo, atado com um pano (não sei de que) aos peitos, de modo que apenas as perninhas lhe apareciam..."

Depois do escrivão, outros que por aqui passaram descreveram modos das tribos lidarem com seus filhos e se referiam ao mesmo costume constatado por Pero Vaz: o de carregarem as crianças pequenas ao colo, envolvidas numa tira de algodão - a tipóia, fiada pelas mulheres. A tipóia permitia à mãe a realização de seus trabalhos sem que se descuidasse dos filhos - cuidado esse que lhe era atribuído dentro da divisão de trabalho da tribo.

Até cerca de um ano de idade, espécie de "idade neutra do homem", não havia diferenciação entre os sexos.

Yves d'Evreux<sup>6</sup>, em 1613, relata sobre os Tupinambás no Maranhão, os quais, nesta primeira idade, chamavam indistintamente a menina e o menino de "peitan", que quer dizer "saído do ventre materno".

Desde que começam a caminhar até a idade de 7-8 anos,

vão sendo introduzidos no mundo dos adultos. O "curumim mirim" - menino pequeno, começa a se adestrar com arcos e flechas em miniatura; a "curumim mirim" - menina pequena, começa a aprender a fiação do algodão e a confecção de pequenos utensílios de barro.

A idade de 8 a 15 anos marca uma diferenciação acentuada nos costumes dos sexos, cada qual encaminhado para o aprendizado e exercício das funções características do seu grupo. Assim, "o curumim" vai com o pai, acompanhando a caça e a pesca. A "cunhá" auxilia a mãe no trabalho doméstico, aprende a semear, preparar beberagens e se aperfeiçoa na arte de fiar e fabricar utensílios de barro<sup>7</sup>.

Contam os viajantes que as índias tinham muito amor aos seus filhos e os criavam em completa liberdade, longe dos castigos corporais.

A questão central, na educação, era a adaptação ao meio, a resistência e a conquista da independência. Por isso davam-lhes banhos frios para robustecer o corpo; os exercícios corporais; a introdução no trabalho de sobrevivência; os rituais de iniciação. Ou seja, passavam-lhes os costumes da tribo, ensinando-lhes a viver "como índios".

Que valores os pais cultivavam e transmitiam aos curumins? A coragem, a ferocidade contra o inimigo, o enfrentamento da morte, as tradições religiosas, as lutas, o temor pelos pajés<sup>8</sup>. Valores que refletem aquele específico modo de vida silvícola e que, por sua vez, constituem a base de sustentação e perpetuação daquela organização.

Desde cedo os curumins aprendiam a cantar, a dançar e a praticar certos jogos. No dizer do Pe. Cardim<sup>9</sup> os meninos Índios brincavam com muito mais entusiasmo e alegria que os meninos portugueses. Entre jogos e brincadeiras praticadas por aqueles, cita o jogo da imitação de pássaros, cobras e outros animais e as brincadeiras e festas na água.

Gilberto Freyre<sup>10</sup> dirá que, mesmo com toda a liberdade o curumim "estava longe de ser o menino livre imaginado por J.J. Rousseau: criado sem medo nem superstições". A infância do selvagem era rodeada, desde a tipóia, de superstições e medos de animais monstruosos e seguia uma espécie de liturgia ou ritual.

Encontrava-se entre eles inúmeras credices. Um<sup>s</sup> profiláticas, no sentido de espantar espíritos e influências do mal, receadas pelos pais; outras pedagógicas, com o intuito de conduzir os pequenos ao comportamento tradicional da tribo, sujeitando-os à autoridade dos adultos.

Era tanta a temerosidade! Desde o medo de que o céu lhes caísse por sobre suas cabeças e o medo de que a terra lhes faltasse aos pés, até o medo do "jurupari" - que tem "os pés como de animais, as unhas compridas, as pernas finas, os olhos afogueados"<sup>11</sup>; e tantas outras figuras de bichos monstruosos que lhes perseguiam - os quiazis, os coruqueamas, os maiturua, os jiboicus, os caiporas...

Estava o Índio no seu lugar: nu, com sua caça e pesca, com seus pajés e deuses, com seus medos e horrores, homens e mulheres. Veio o branco europeu, especulador e fazedor de negócios, lhe interromper o dia-a-dia. Mais do que isso, veio interfe-

rir nele impondo outro ritmo, outra economia, outra religião, outros costumes logo, outra organização forjada na relação colonizador X colonizado.

Dos índios, quem mais se ocupou ( e se aproveitou) foi o padre da "Companhia de Jesus" que aqui aportou em 1549, tempos em que a Coroa Portuguesa decide colonizar, povoar e cristianizar - numa palavra, explorar - estas terras d'além mar, até então praticamente abandonadas.

Os jesuítas formam a vanguarda, preparando o terreno para os colonos europeus, domesticando os nativos<sup>12</sup>. Para tanto, o processo civilizador teve como objeto central o menino indígena: a posse do curumim foi o eixo por onde passaram os adultos para os domínios e controle da Ordem Jesuítica. Dirá Gilberto Freyre:

"O culumim, o padre ia arrancá-lo verde à vida selvagem: com dentes apenas de leite para morder a mão intrusa do civilizador; ainda indefinido na moral e vago nas tendências. Foi, pode-se dizer, o eixo da atividade missionária: dele o jesuita fez o homem artificial que quis".<sup>13</sup>

Apoderando-se do menino, o missionário destruía a cultura e preservava a raça, tão cara para aqueles tempos de desbravamento. Através dele e de sua educação, trazia para seus domínios a sua família, o filho educava o pai.

Tirados de seu ambiente natural, foram segregados em aldeamentos e passaram a ser dependentes - homens e mulheres incapazes de vida autônoma, por que artificial, num mundo a parte.

Se os jesuítas quiseram preservá-los da exploração profana dos europeus, não deixaram de utilizá-los santamente em prol de sua Companhia. Se quiseram preservá-los da morte a que lhes encaminhavam o colonizador sedento por riquezas, não deixaram de contribuir para o massacre de milhões de índios que, roubados de seu habitat e feridos nos seus costumes, sucumbiram.

#### 4. ADULTOS E PÁRVULOS: A DISTÂNCIA INSTITUCIONALIZADA

A organização da família colonial brasileira está intimamente ligada à política econômica adotada por Portugal.

O estabelecimento de uma estrutura econômica agrária, sustentada pela exploração da grande propriedade rural e do trabalho escravo, aliada à descentralização administrativa, à dispersão populacional e à concentração fundiária, desencadeou a constituição de uma sociedade colonial do tipo "paternalista" em que os laços de parentesco e as relações de caráter pessoal assumiram importância capital.

Tal estrutura teve como unidade básica a família - universo econômico, político e social da colônia.

Mas, falar da família brasileira não se constitui fácil empreendimento pois a discussão sobre o modelo que esta assumiu nos primeiros séculos de colonização é ainda assunto anuviado para os historiadores.<sup>14</sup>

Um trabalho clássico, que discute a formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal, é de Gilberto Freyre, Casa-Grande & Senzala, editado em 1933.

O modelo que o autor defende como imagem representativa da família nos tempos coloniais é a chamada família patriarcal.

Enquanto "(...)unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala fazendas, compra escravos, bois ferramentas, a força social que se desdobra em política(...)"<sup>15</sup>, a família do tipo patriarcal tem sua coesão fundada num sistema piramidal, cujo topo é ocupado pelo homem: pai, marido, chefe de empresa e comandante da tropa. A vontade do pai é a vontade de todos - com o direito de vida e de morte. Calcada sobre os princípios da autoridade e da hierarquia, a função do pai reside em preservar a unidade e honra da família, defendendo a propriedade e a moral.

Localizada no ambiente rural, sendo a casa-grande sua marca organizacional, é constituída de seu núcleo central - composto pelo casal, filhos legítimos, genros, noras e descendentes; e de uma camada periférica onde aparecem parentes, afilhados, agregados, concubina, filhos ilegítimos ou de criação, amigos, escravos.

A análise do referido autor está circunscrita à família rural, localizada nos engenhos da região nordeste, pertencente às camadas mais abastadas da época.

Com essa ressalva levantamos a questão (subsidiada pela análise de SAMARA, 1986): a família patriarcal foi o único modelo existente, não havendo variações com o tempo nem com diferenças regionais?

Refletindo sobre a estrutura da sociedade colonial - latifundiária e escravocrata, estamentizada em castas "incomunicáveis"-, podemos deduzir uma heterogeneidade de hábitos e costumes.

No campo da organização familiar, exemplo são os casamentos ilícitos, os concubinatos, típicos das camadas subalternas, que se constituíam à distância das "prédicas normativas" institucionais, então pregadas pelo matrimônio oficial.<sup>16</sup>

De outro modo, novas pesquisas<sup>17</sup> que vêm sendo desenvolvidas no tema possibilitam a afirmação da coexistência de diferentes modelos de organização familiar - entre classes abastadas e classes pobres, e também entre diferentes regiões.

Uma coisa porém fica assente: a intensidade das relações familiares e a importância da família como unidade social básica daquele período.<sup>18</sup>

Se considerarmos que a economia brasileira durante mais de século e meio foi sustentada pela produção açucareira e que seu núcleo produtivo inicial situou-se na região nordeste<sup>19</sup>, podemos considerar a família patriarcal o modelo preponderante nesse período em que os Senhores rurais representavam a classe dominante.

Se concordarmos que é a realidade que produz as idéias e que estas, num determinado momento histórico, são as idéias da classe dominante, podemos seguir afirmando que a família patriarcal é o modelo de organização da classe dominante no Brasil-colônia que hegemonicamente universaliza como "o" modelo do todo social.

Assim é que literatos, viajantes, artistas, historiadores, em geral, se ocuparão da regra e não das exceções, o que dificulta a obtenção de outros dados. Ficamos, portanto, neste estudo, pautado no modelo familiar do qual dispomos de informação.

A criança da casa-grande poderia ser caracterizada como "anjo", "menino diabo" e "homenzinho", segundo os dados recolhidos para o estudo.

A fase de Criança-anjo corresponde à idade de 0 a 5 anos. Segundo Luccock<sup>20</sup>, até a idade de 5 anos todas as crianças da casa-grande andavam indistintamente nuas, a partir de quando se introduzia o distintivo de casta, vestindo-se os filhos-família com pesadas roupas, diferenciando-os dos outros moleques.

Uma marca porém era geral: a negligência e a falta de cuidados para com os pequenos, sujeitos que estavam a contraírem uma vastidão de doenças. A alta mortalidade infantil era fato notório.

A julgar pelos relatos, diríamos que havia uma despreocupação (desvalorização?) para com as crianças pequenas, já que suas mortes provocavam certa satisfação e alegria. Era comum a expressão de felicidade com a morte das crianças:

"Em uma dessas ocasiões foi ouvida uma mãe que assim se exprimia: "ô como estou feliz! ô como estou feliz, pois que morreu o último dos meus filhos! Que feliz que estou! Quando eu morrer e chegar diante dos portões do céu nada me impedirá de entrar, pois que ali estarão cinco criancinhas a me rodear e a puxar-me pela saia e exclamando: entra mamãe, entra! ô que feliz que sou! "repetiu ainda, rindo a grande".<sup>21</sup>

A difusão deste hábito é confirmada por Burton<sup>22</sup> "um anjinho ou inocente, criança muito jovem morre sem ser lamentada pois sua felicidade futura é certa".

Perder um filho pequeno na família patriarcal não significava a mesma dor sentida na família moderna, pois "viria outro". O anjo ia para o céu. Para junto de nosso senhor", insaciável em cercar-se de anjos".<sup>23</sup>

Outra questão que levantamos com relação a esta primeira idade, é a do aleitamento. As "grandes senhoras" não amamentavam seus pequenos. Estes ficavam sob os cuidados das "amas-de-leite".

Seria este fato demonstrativo da falta de sensibilidade e ternura por parte destas mães, revelando o desinteresse pela insignificância dessa idade? Difícil saber...

Sabemos que no século XVIII era moda, em Portugal, a utilização de escravas de aluguel para o aleitamento. No Brasil, Freyre<sup>24</sup> sugere que tal moda não pode ser apontada como causa do não-aleitamento por parte das senhoras de elite. Antes, deve ser atribuído à impossibilidade física das mães que, ainda meninas, não davam conta de atender tais reclamos; os partos eram difíceis, com muita frequência e, não raro, provocavam a debilidade física ou mesmo a morte da parturiente.

Afora a incerteza da sobrevivência da criança em tais condições, a estrutura familiar concorria para a ausência quase completa de valorização da sua vida biológico-moral. Neste lar não havia espaço para o cultivo do "reizinho" - o trono já estava ocupado pelo "rei-pai" e sob sua autoridade qualquer sentimento ou

desejo individualizado era impossibilitado. Os cuidados e as atenções eram para o pai-proprietário, para a satisfação da sua vontade - generalizada como a vontade de todos. Havia uma distância imensa entre "párvulos" e adultos. Tão forte como a separação entre sexos, raças e classes.<sup>25</sup>

Ademais, numa organização onde a ociosidade era adjetivo e o trabalho coisa de escravos, não se colocava em primeiro plano a procriação. Eram tantas gestações, tantos filhos, tão indiferenciados, que nasciam, morriam, sobreviviam sem maiores cuidados e preocupações. A idéia da criança necessitada de amparo e carinho não estava presente no cotidiano da sociedade patriarcal. Nesta, nem espaço para a sensibilidade familiar havia e a intimidade não existia.

Tendo sobrevivido às doenças e ao "desprezo" dos primeiros anos, a criança se transforma em menino-diabo, no dizer de Gilberto Freyre, ganhando um pouco mais de força e mobilidade.

Não que neste período, de 5 a 10 anos, lhe fossem dispensadas atenções especiais mas, pelo seu próprio desenvolvimento físico. Agora ele poderia ir e vir, infernizando uns tanto que encontrasse pela frente, em companhia do seu moleque. Mas diante do pai, silêncio! respeito! sim senhor, meu pai! Não comia na mesa nem participava da conversa de gente grande.<sup>26</sup>

Das suas atividades constam matar passarinho, dar beliscões e judiar do moleque. O moleque era um escravo do mesmo sexo que a criança e mais ou menos da mesma idade, que os pais lhe davam

"(...) por camarada, ou antes, para seus brinquedos. Crescem juntos e o escravo torna-se um objeto sobre o qual o menino exerce seus caprichos; empregam-no em tudo e além disso incorre sempre em censura e em punição".<sup>27</sup>

O moleque-leva-pancadas estava sempre prestativo e solícito às vontades de seu "nhonhô"

"Apertado, maltratado e judiado como se fosse todo de pó de serra por dentro; de pó de serra e de pano como se fosse o judas de sábadô de aleluia, e não de carne como meninos brancos".<sup>28</sup>

Já aqui percebemos o distanciamento, apesar da proximidade física, entre a criança branca e a criança negra. À primeira, o direito de se divertir, à segunda o dever de apanhar.

Qualquer imagem positiva que pudesse existir devotada à criança certamente não era estendida aos negrinhos, aliás, comumente separados de suas mães logo que nasciam para que elas pudessem servir de amas-de-leite, ou outra atividade lucrativa, para o seu senhor.

Citando o "jogo do beliscão", comum às crianças brasileiras dos séculos XVIII e XIX, Gilberto Freyre sugere uma certa "tendência sadista" nesse guri que, sempre reprimido, sem espaço,

submisso e contido à autoridade, se extravasa em jogos do tipo:

"Uma, duas angolinhas  
Finca o pé na pampolinha  
o rapaz que jogo faz?  
faz o jogo do capão  
ó capão, semi-capão,  
Veja bem que vinte são  
E recolha o seu pezinho  
Na conchinha de uma mão  
Que lá vai um beliscão"<sup>29</sup>

E ia um beliscão em quem fosse atingido na roda pela última frase. Depois, este era agarrado por todos que batiam com ele no chão.

Nenhuma referência a trabalhos de que possa ter se ocupado. Ao que tudo indica, ia seguindo "naturalmente" a ordem patriarcal, aprendendo a ser rude com os subalternos, despótico, esperando crescer, curvado ante os adultos, para obter um pouco mais de presença junto aos mais velhos.

Isso o rapaz, porque as meninas sempre viveram na mais austera repressão e controle, sendo-lhes negada qualquer atitude que lhes desse ares de independência.

Quanto à instrução, a casa-grande tinha sempre uma sala de aula onde eram ministradas as primeiras letras, pelo capelão ou mestre particular.

"Aos 7 anos já muito menino dizia de cor os nomes das capitais da Europa; os dps 'trez inimigos da alma'; somava, diminuia, multiplicava, dividia; declinava em latim, recitava em francês. Tirado o retrato da primeira comunhão, de sobrecasaca preta e botinas preta ou borzeguins - todo esse luto a contrastar com o amarelado desmaiado do rosto anêmico - estava a criança rapaz"<sup>30</sup>

Diz o autor referido que foi quase um Brasil sem rianças esse daí...

Relatos de viajantes reforçam a idéia de que desde os 9-10 anos são já uns homenzinhos, de aspecto sisudo e porte estático. A respeito, temos a seguinte crítica aos costumes do Brasil:

"Em lugar de brincar de soldado com seus camaradas, de desenvolver a sua força em pleno campo, de regressar à casa, muita vez, com a calça rasgada, o rosto inchado, mas de faces coradas e olhos brilhantes de saúde, vive embuçada numa roupa preta feita à última moda, ensina-se-lhe à cortejar segundo rigorosos princípios. Aí proibe-se a alegria esfuziante, o desmazelo encantador do colegial(...) Vive-se em presença de pequenos manequins, ri diculamente enfatiotados"<sup>31</sup>

"Meninos-diabos" eles só eram até os 10 anos. Depois tornavam-se rapazes, uns homenzinhos, adultos em miniatura, trazendo na aparência

"(...) o cabelo bem penteado, as vezes frisado à Menino Jesus; o colarinho duro; calça comprida; roupa preta; botinas pretas; o andar grave; os gestos sisudos; um ar tristonho de quem acompanha enterro"<sup>32</sup>

A precoce sexualidade também seria notada, inscrita na precoce "adultação" dos filhos-família, cedo metidos com raparigas e escravas; as mulheres eram "donas" e arranjava-se-lhes casamento.

Mesmo crescido, feito adulto "à força", a criança permanecia prisioneira do papel social de filho, numa sociedade de velhos, onde o novo não tinha lugar, valendo o passado e a tradição.<sup>33</sup>

Pela existência do "morgadio" como regime sucessório de bens, juridicamente assente, percebemos um "porque" do descaso relegado aos filhos pequenos.

A instituição do morgadio determinava que o primogênito homem, o morgado, fosse o único herdeiro das posses. Ao pai-proprietário, portanto, a criança era um "acessório supérfluo" - interessava-lhe o filho do sexo masculino e adulto (pobres guarias!), que por lei herdaria seus bens, conservaria a tradição e garantiria a propagação daquela ordem. Esta instituição vigorou

até o século XIX, quando a Lei de 06 de outubro de 1835 extinguiu o morgadio.<sup>34</sup>

Se por parte da família de elite constatamos uma conduta indiferente para com as crianças, o que dizer das famílias menos favorecidas, alheias aos ditames do patriarcado?

Não dispomos de muitos dados mas sabemos que se inserem num cenário de extrema pobreza e luta pela vida. Senão vejamos.

A vida na colônia estava concentrada no campo, assentada na monocultura de exportação, como já foi dito. A parte destinada ao suprimento da população ficava a cargo de uma precária agricultura de subsistência. Desta forma, afora a classe abastada, a vida da população colonial era de insuficiência alimentar. O próprio sistema de trabalho servil tornava quase impossível o ganho de vida para quem não estivesse nele incluído. A situação da população era de um "crônico estado de subnutrição".<sup>35</sup>

As mulheres "simples" (em oposição às "grandes" senhoras da elite) - casadas, separadas, concubinas, viviam a maternidade, lutando pela vida e adaptando os destinos dos seus filhos as suas condições materiais.

Muitas abandonavam os filhos às ruas, outras davam-nos a comadres para criar ou ainda a famílias de melhor situação, que cuidavam das crianças enquanto estas lhes serviam de serviços.<sup>36</sup> As que não encontravam "tamanho sorte" ficavam mesmo perambulando pelas ruas.

A massa da população - escravos e semi-livres, poderia em situação tão adversa demonstrar algum sentimento ao filho,

que nessas circunstâncias significava uma boca a mais para ser alimentada? Diria Expilly "o filho segue a condição do ventre".<sup>37</sup>

O abandono de crianças é uma prática comum desde o século XVIII. Mesgravis,<sup>38</sup> em pesquisa realizada nos arquivos da Cúria Metropolitana da Paróquia da Sé, na cidade de São Paulo, registra a existência de 14 a 25% de crianças batizadas como enjeitadas, entre 1800 a 1830.

Outro não é o relato de Dória<sup>39</sup>, afirmando que, nos tempos coloniais:

"(...) os meninos pereciam nas ruas, no adros da igreja e nas praias, sem que a fé se movesse, a esperança se apiedasse e a caridade os tutelasse. Rejeitados pelo coração dos progenitores, tinham a miséria por berço e a cova por cobertor".

Alguém se apieda...

Em 1738, no Rio de Janeiro, Romão de Mattos Duarte funda o primeiro asilo para crianças no Brasil. Surge a chamada "Casa dos Expostos", tendo por objetivo caritativo-assistencial o recolhimento dos enjeitados.<sup>40</sup>

Oficialmente, nenhuma atitude assistencial havia. O governo Português, assim como não se preocupou, no início da colonização, com qualquer unidade ou pureza de raça para a civilização dos trópicos, também não esboçou a mínima preocupação com a infância desvalida, de uma população "miscigenada e colonial".

Não era importante a conservação deste contingente de expostos, numa estrutura escravocrata. Se não a força de trabalho, que mais poderia pretender o Estado? Como esta já era suprida pelo braço escravo negro, nenhuma atenção se dispensará àqueles.

Contudo, mesmo que ambas não tivessem vez, certamente seus destinos seriam diferenciados pois uma, era propriedade terrena e outra, "a Deus pertencia"!

As atitudes de recolhimento de crianças abandonadas como a Casa dos Expostos, sustentada pelas Irmandades de Misericórdia<sup>41</sup> surgem como ações caritativas, de fundo religioso, sem intervenção do Estado colonizador.

A partir do século XVIII, a administração portuguesa dispensa um novo tipo de interesse pelas terras brasileiras que, com a expansão da colonização e da mineração, assiste ao desenvolvimento e crescimento das cidades.

A partir do referido "interesse" algumas coisas começam a mudar para a colônia.

É dentro deste movimento de mudanças e avanços, determinado por uma série de fatores, que encontraremos o esboço de uma nova idéia de família e de criança.

##### 5. PAIS E FILHOS: A DISTÂNCIA AMENIZADA

O século XIX abre-se para a colônia muito promissor. E muito conturbado.

Seguindo a conjuntura internacional, composta pela crise das formas absolutistas e pela nova ordem econômica fundada

no livre-cambismo do século XVIII, o Brasil se agita.

O pacto colonial imposto pela metrópole tornava-se danoso e sua política causa conflitos entre os que disputavam os privilégios do comércio e o poder - fazendeiros de açúcar e uma rica burguesia de comerciantes, quase todos reinóis, que estava se desenvolvendo e se confrontando com a "nobreza" dos proprietários rurais.<sup>42</sup>

Crescia a hostilidade para com a metrópole, evidenciada pelo combate aos monopólios e as restrições comerciais, criando-se um ambiente propício à pregação "revolucionária".<sup>43</sup>

A transferência da Corte para a colônia, em 1808, em meio a conflitos internacionais e a nova política econômica por ela aqui desencadeada vai contribuir para o processo de independência política do Brasil que, aliado a outros fatores<sup>44</sup> vai concretizá-la.

A independência será administrativa e conservadora. As questões do trabalho servil, da monocultura e do latifúndio permanecerão praticamente inalteradas no Estado que então se inaugura.<sup>45</sup>

Contudo, se a base econômica permanece inalterada, não podemos deduzir que toda a estrutura continuou como estava. Outros fatores interferem na realidade "brasileira" permitindo algumas mudanças.

Entre os fatores operantes na transformação daquela realidade, afora a "permuta" de tutela - de Portugal à Inglaterra, ressaltamos a reestruturação das cidades, já impulsionada pela vinda da Família Real quando, abolidas as restrições comerciais, abriu-

-se à população colonial o contato com o mundo.

Novos hábitos são aqui introduzidos e um novo modo de viver se instala. Há um "enobrecimento" ou uma "europeização" do Brasil. Início de um período de diferenciação profunda:

"(...)menos patriarcalismo, menos absorção do filho pelo pai, da mulher pelo marido, do indivíduo pela família, da família pelo chefe, do escravo pelo proprietário; e mais individualismo - da mulher, do menino, do negro - ao mesmo tempo que mais prostituição, mais miséria, mais doença. Mais velhice desamparada. Período de Transição. O patriarcalismo urbanizou-se".<sup>46</sup>

A urbanização interrompeu, ou pelo menos dificultou, a perpetuação dos costumes, transmitidos de pais para filhos secularmente impondo à antiga família uma abertura para novas alternativas de convivência. Ampliou-se a vida social, pois os senhores rurais se "convenciam" de que o mundo, principalmente o econômico e o político, não ia somente até o limite das suas propriedades. Atravessava mil fronteiras.

A família, sujeita aos novos hábitos, deixava de ser auto-suficiente (aquele misto de unidade de produção e de consumo da colônia) para ser dependente. Dependente da cidade que crescia, das oscilações econômicas, das conturbações políticas, das relações e alianças com os demais cidadãos. Ela já não era capaz de

se bastar a si mesma, pois os produtos de que necessitava estavam no mercado e não no fundo da casa-grande. "A cidade dominava a família".<sup>47</sup>

A dominação se completa após a abdicação de D. Pedro I, quando chega a termo a consolidação do "estado nacional" e começam a germinar certos sentimentos de nacionalismo: "o primeiro reinado não passara de um período de transição, em que a reação portuguesa(...) se conservava no poder".<sup>48</sup>

Sob o "estado nacional" os governantes passaram a se ocupar intensivamente das questões populacionais.<sup>49</sup> O repovoamento do país e a manutenção da ordem pública figurarão como questões de primeira grandeza.

No espaço urbano que se desenvolvia, duas realidades se confrontavam. De um lado uma massa desvalida, de trabalhadores livres mas pobres, um contingente de negros forros ou fugidos e mulatos que, marginais ao sistema produtivo e à participação política, reduziam-se a mendigos, vagabundos, sem-famílias, prostitutas. A cidade "não consegue" absorvê-los.

De outro lado, uma minoria branca que, controlando a produção e disputando o poder político, vai modernizando seus hábitos, cultivando o luxo europeu e vivendo muito bem.

Na desordem urbana, conformada por estas duas realidades, o que se mostrava também era a desproporção numérica entre brancos e negros e o alto índice de mortalidade infantil.

Para a manutenção do Estado centralizador que estava se firmando, abalado constantemente por levantes insurreccionais, tornava-se necessário um movimento de organização da cidade.

Este movimento surgirá impulsionado pela ação de médicos higienistas e terá por objetivo atingir, principalmente, as famílias da elite.<sup>50</sup>

A necessária remodelação dos costumes e hábitos de higiene daquelas famílias, adequando-as à vida urbana, bem como o combate à mortalidade será baseada num novo saber, diferenciado da aquele saber antigo, tradicional, fundamentado no passado da casa-grande. Um saber científico - o saber médico, o qual a família patriarcal sempre desprezou.<sup>51</sup> A partir desse momento o médico vai ocupando um lugar cada vez maior dentro da família, influenciando (normatizando) a sua ordem.

É no meio desse movimento que veremos surgir uma imagem de família e de criança diversa dos tempos coloniais.

Agora é necessária atenção para as crianças, é importante que elas sobrevivam e para tanto, a família "ganha" outra função: "Recebendo do pai a proteção material e da mãe a iniciação na educação, o infante prepara-se física, intelectual e moralmente para amar e servir à Humanidade, princípio e fim de suas operações".<sup>52</sup>

Nasce uma preocupação com o "infante" o qual deixa de ser um adulto em miniatura, que passava de anjo a homenzinho assim, sem mais. A infância será uma fase de fragilidade sim, mas que necessita de cuidados especiais - tanto no sentido de preservação da vida, como no da moralização dos costumes.

A higienização aparece como uma das práticas sociais que intervirão na reorganização da família e valorização da criança. Outros determinantes devem ter contribuído nessa transformação

de valores, porém; pela escassez de material bibliográfico, não podemos inferir nessa direção. Ficamos, pois; com a intervenção médica no seio da família, que, destronando o pai-proprietário (a sociedade como um todo já o estava fazendo), coroando a rainha-mãe fará surgir a figura do reizinho.<sup>53</sup>

O reizinho-criança, professado pela higiene-médica, surgirá como "ser em evolução", que requer acompanhamento. Esta criança é a criança da elite, como já assinalamos, depositária do futuro dessa "raça varonil", com que o Estado conta e para quem dirige sua preocupação via higienização.

Para que viva e cresça forte rumo à participação da sociedade, cumpre prepará-la, moldá-la, posto que sua alma ainda dócil assemelha-se à cera virgem e, parafraseando o escrivão, em se amoldando, tudo dará... É, por exemplo, a imagem que aparece numa tese da época, sobre a educação dos meninos.

"Sendo o homem em sua infância, como disse um ilustre escritor, semelhante à cera, em que se imprime a forma que se lhe quer dar e que conserva por muito tempo e muitas vezes para sempre; por quanto nesta idade os seus órgãos têm tanta flexibilidade, que as impressões que recebem produzem sensações vivas, profundas e duradouras..."<sup>54</sup>

A mesma idéia projeta-se nos objetivos de um externato para meninas, o qual teria por dever "(...) vigiar, por todos

os meios, a inocência dessas almas, reguardando-lhes a graça imaculada dos tufões sinistros da corrupção(...).<sup>55</sup>

A preocupação com os cuidados infantis revela-se também pela publicação de "guias maternos" e pela realização de trabalhos de tese na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Martinho da Rocha<sup>56</sup> nos dá notícias dos primeiros guias maternos publicados entre nós em 1843, "A Guia médica das mães de famílias", por J.B.A. Imbert; em 1860, "O médico da primeira infância, ou o conselheiro da mulher grávida e higiene da primeira infância", de Antônio Ferreira Pinto. Em 1879 foi criado o primeiro jornal de Puericultura, jornal "científico e literário ilustrado" denominado "A mãe de família". Dirigido por Carlos Costa, debateu vários assuntos sobre higiene infantil e geral, sendo que durou até 1888.

Na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro vemos algumas teses nessa direção, a julgar pelos títulos "Algumas considerações acerca da educação dos meninos" (1848); "Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos" (1855); "Da Educação física, moral e intelectual da mocidade do Rio de Janeiro e da sua influência sobre a saúde" (1874); "Higiene da primeira infância" (1882).<sup>57</sup>

A preservação da vida é tema relevante e a discussão acerca da mortalidade infantil mobiliza estudos médicos. O alto índice de mortalidade infantil acaba pondo em risco o povoamento do país e, sobretudo, a constituição de uma "raça varonil" - preocupações do nacionalismo que se esboçava.

A discussão das possíveis causas da mortalidade infantil, entra em pauta na sessão da Academia de Medicina, em 18 de junho de 1846, onde são apontadas, entre outras causas: vestuário impróprio; aleitamento mercenário; falta de tratamento médico; moléstias contagiosas da ama.<sup>58</sup>

Em 1847 é o Barão de Lavradio que, em artigos publicados no jornal da Imperial Academia de Medicina vai assinalar como causas predominantes o mau tratamento do cordão umbilical; pouco cuidado no princípio das moléstias das escravas e das crianças maiores; alimentação desproporcional; insuficiente ou imprópria e o desprezo no princípio das moléstias da primeira infância.

As causas eram levantadas, divulgadas mas, quem estava em condições de combatê-las? Que crianças seriam beneficiadas pelo saber científico médico?

As famílias dos "homens de bem" certamente teriam seus filhinhos protegidos. Seguindo o conselho médico, recebendo a assistência nos partos, substituindo as amas-de-leite pelo aleitamento da própria mãe, alimentando-se os pequenos adequadamente, poupa-se suas vidas. Um bom projeto de cidadãos...

Na massa da população a situação segue o curso da miséria do período anterior. Como pretender uma alimentação suficiente e apropriada (ã gestante e ã criança), como ter assistência médica, como cuidar das enfermidades, naquele estado de indigência que, sabemos, a maioria da população se encontrava? E, principalmente, se pais e filhos concorriam na luta pela sobrevivência? As alternativas que surgem são as "ações piedosas", as "casas dos expostos" ou mesmo a morte. A preservação da vida e imensamente di-

ficultada para esse contingente.

Do que sabemos, o Estado aqui não se ocupará da assistência. A igreja é que desenvolve a assistência social, representada pelos hospitais, pelos hospícios, pelas casas dos expostos, pelas santas casas, pelas atividades das Ordens terceiras e confrarias.<sup>59</sup> Assistência insuficiente e quase inexpressiva, diga-se, aliada a outras iniciativas privadas, como as associações de damas beneficentes, resumirão todo o cuidado que esses "pobres" podem obter e darão a mostra de seu valor.

Numa sociedade de classes, é impossível assegurar a existência de uma única criança, da criança universal. A criança que toma forma nesse contexto é a da classe dominante, que ofusca a existência de outras.

Se for propagado um valor, um ideal de infância, existente acima das classes, inscrito na "natureza infantil", este cai por terra no momento em que observamos a inserção dessas crianças nas relações sociais e analisamos a condição infantil.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação à imagem da criança, podemos inferir que existiram várias no nosso percurso.

A criança índia estava lá, no seu lugar. A organização tribal e os valores nela imperantes faziam com que ela nascesse e se tornasse daquele jeito meninas aqui, meninos acolá; cada qual com seus "destinos", determinados pelo conjunto de valores responsáveis pela coesão daquela estrutura e pelas condições materiais.

Da aprendizagem da sementeira, da caça, da pesca, da feitura de utensílios dependia a sobrevivência dos "indígenas". Assim, logo cedo as crianças eram introduzidas nesses trabalhos. Para tanto, ela era cuidada, preparada para essa vida - pois precisava ser forte, um bravo!

Criavam-se os curumins para a independência, para a resistência, para a luta contra as adversidades - valores universais da tribo.

No Brasil-Colônia a criança não era a mesma. A criança branca da casa-grande era criada para ser submissa: ao pai e à propriedade. Não possuía nenhum valor "em si", podia morrer (e morriam muitas) sem causar maiores sofrimentos.

Ela valia enquanto elemento à serviço do poder paterno - valor que se evidenciará no adulto. Por isso a "adulterização" precoce.

A meninice, enquanto tempo de desenvolvimento, merecedor de cuidados, afetos e carinhos não era prática corrente. Quanto mais longe do adulto melhor. O sentimento de infância não existia e a criança não possuía nenhuma "utilidade". Só valia o velho, o adulto, o empreendedor que segue as ordens do "pater familias".

Esta é uma condição infantil que detectamos sob a estrutura patriarcal que por ela será justificada.

A criança que aparece, portanto, é a da classe dominante que, com o advento do Império vai demonstrar algumas diferenças. Os novos valores cultivados com a urbanização, a vida social nos salões e o "nacionalismo" que tomava corpo, vão fazer parte da formação de uma nova imagem infantil.

Ela surge porque acontece uma diferenciação, senão na organização do trabalho, no modo de vida - "reeuropeização".

Quando apontamos a ação higienista como um dos fatores contribuintes ao surgimento dessa nova imagem, ressaltamos a necessidade de pesquisar que outros fatores, que outras práticas vão condicionar o seu aparecimento.

Este é um dos limites do nosso estudo, que se prende, quase unicamente, ao aspecto da urbanização no Império.

Outro, é a análise quase exclusiva da criança nas classes abastadas. Deste primeiro estudo pudemos deduzir que a condição infantil não era uma única; existiam os "expostos", os "sem-família" que continuavam não tendo valor e que precisam ser estudados.

A própria discussão da formação da família brasileira carece de aprofundamento.

Tudo requer pesquisa, para podermos compor uma imagem mais apurada da infância. Para tanto, julgamos importantíssimo uma intensiva pesquisa bibliográfica o que, no presente estudo ficou apenas esboçado

#### N O T A S

1. ARIES, Philippe. História social da criança e da família. R.J., Zahar, 1978.
2. Idem, ibidem, p.158.
3. GHARLOT, B. A mistificação pedagógica. R.J., Zahar, 1979.
4. Idem, ibidem. p.108.

5. ROCHA, José Martinho da. Introdução à história da Puericultura e Pediatria no Brasil (1500 -1882). R.J., Edições Nestlé, 1947.
6. d'Evreux apud Rocha, idem, ibidem, p.25-6-
7. Rocha, op. cit., p.26.
8. Idem, ibidem, p.32.
9. Pe. Cardim apud FREYRE, G. Casa Grande & Senzala. Rj., José Olympio, 1987, 25ª ed.
10. Freyre, op. cit., p.128.
11. Montoya apud Freyre, op. cit., p. 140.
12. PRADO JR., C. Evolução Política do Brasil - colônia e império S.P., Brasiliense, 1972. p.42.
13. Op. cit., p.147.
14. SAMARA, Êni de Mesquita. A família brasileira. S.P., Brasiliense, 1986, 3ª ed., p.07.
15. Freyre, op. cit., 1987, p.19.
16. DEL PRIORE, M. A mulher na história do Brasil. S.P., Contexto, 1988, p.30.
17. Cf. Samara, op. cit.
18. Idem, ibidem, p.16.
19. PRADO JR., C. História econômica do Brasil. S.P. Brasiliense, 1987, p.36.
20. LUCOCK, J. Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. S.P.-B.H., EDUSP/ITATIAIA, 1975.
21. Idem, ibidem, p.80.
22. Burton apud Freyre, op. cit, 1987, p.406.
23. Freyre, op. cit., 1987, p.366. O autor levanta a possibilidade da superstição dos anjinhos ter-se originado com os jesuítas que, frente ao enorme número de crianças índias dizimadas no século XVI, teriam espalhado, para consolo das mães, que era uma felicidade, pois os anjos iam para o céu. Cf.p.406.

24. Idem, ibidem, p.360.
25. Freyre, G. Sobrados e mucambos. R.J.- José Olympio, 1961, tomo I p.68.
26. Freyre, op. cit., 1961, p.68.
27. Koster apud Freyre, op. cit., 1987, p.336.
28. Idem, Ibidem, p.336.
29. Romero apud Freyre, op. cit., 1987, p.368.
30. Freyre, op. cit., 1987, p.412.
31. EXPILLY, C. Mulheres e costumes no Brasil. S.P., Cia. Ed. Nacional, 1935. Brasileira, vol. 56, p.375-6-
32. Freyre, op. cit., 1987, p.411.
33. Costa, op. cit., p.157.
34. Nunes Leal apud Costa, op. cit., p.157.
35. Prado Jr., op. cit., 1987, p.43.
36. Del Priore, op. cit., p.48.
37. Expilly, op. cit., p.435.
38. Mesgravis apud KISHIMOTO, T.M. A pré-escola em São Paulo -1877 - 1940. S.P., Loyola, 1988, p.47.
39. Dória apud Rocha, op. cit., p.49.
40. Idem, Ibidem, p.40.

41. Segundo Kishimoto, op. cit., p.47, já no primeiro século de colonização identifica-se a presença de 14 irmandades, que prestavam assistência a velhos, doentes, presos, desvalidos e à infância.
42. PRADO JR., op. cit., 1987, p.41.
43. VIOTTI DA COSTA, E. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTTA. Brasil em perspectiva. R.J., Difel, 1985, p.72.
44. Idem. ibidem.
45. Prado Jr., op. cit.,
46. Freyre, op. cit., 1961, p.22.
47. Costa, op. cit., p.119.
48. Prado Jr., op. cit., 1972, p.64.
49. Costa, op. cit., p.211.
50. C.f. Costa, op. cit.,
51. Freyre, op. cit., 1961, p.41.
52. Barbosa apud Costa, op. cit., p.170.
53. Costa, op. cit., p.173.
54. Mello apud Costa, idem, p.174.
55. EXTERNATO SÃO JOSÉ. Polyanthéa comemorativa do cincoentenário do Externato São José. S.P., Instituto D. Ana Rosa, 1930, p.13.

56. Rocha, op. cit., p.49.
57. Cf. Costa, op. cit.
58. Freyre, op. cit., 1987, p.366.
59. Freyre, op. cit., 1961, p.41.

#### 7. BIBLIOGRAFIA

- ARIES, Philippe. História social da criança e da família. R.J., Zahar, 1978.
- CHARLOT, B. A mistificação pedagógica. R.J., Zahar, 1979.
- COSTA, Jurandir Freire. Ordem médica e norma familiar. R.J., Graal, 1983. 2ª ed.
- DEL PRIORE, Mary. A mulher na história do Brasil. S.P., Contexto, 1988.
- EXPILLY, Charles. Mulheres e costumes do Brasil. S.P., Cia. Ed. Nacional, 1935. Brasiliana, vol. 56. Trad. Gastão Penalva.
- EXTERNATO SÃO JOSÉ. Polyanthêa comemorativa do cincoentenário do Externato São José. S.P., Instituto D. Ana Rosa, 1930.
- FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. R.J., José Olympio, 1987. 2ª ed.
- \_\_\_\_\_. Sobrados e mucambos. R.J., José Olympio, 1961. Tomo I, 3ª ed.

- KISHIMOTO, T.M. A pré-escola em São Paulo - 1877 a 1940. S.P. Loyola, 1988.
- LUCOCK, John. Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. S.P./B.H., EDUSP/Itatiaia, 1975.
- NOVAIS, F.A. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In: MOTA, C.G. Brasil em perspectiva. S.P., DIFEL, 1985.
- PRADO JR, Caio. Evolução política do Brasil - colônia e império. S.P., Brasiliense, 1972.
- \_\_\_\_\_. História econômica do Brasil. S.P., Brasiliense, 1987.
- ROCHA, José Martinho da. Introdução à história da Puericultura e Pediatría no Brasil (1500 - 1882). R.J., Ed. Nestlé, 1947.
- SAMARA, Eni de Mesquita. A família Brasileira. S.P., Brasiliense, 1986. 3ª ed.
- VIOTTI DA COSTA, E. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTA, C.G. Brasil em perspectiva. S.P., DIFEL, 1985.
- VON BINZER, Ina. Os meus romanos - alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. R.J., Paz e Terra, 1982.

#### RESUMO

Tendo como ponto de partida a necessidade de compreender as concepções de infância presentes na postura pedagógica dos professores, o estudo mergulha na história brasileira e verifica, particularmente na sociedade escravocrata, as imagens a respeito da criança.

Discute, inicialmente, a questão da infância enquanto imagem histórica. Apresenta, em seguida, aspectos da vida dos "índios" com relação às crianças, no momento em que os colonizadores desembarcam no Brasil. Ao final, o artigo permite ao leitor compor uma imagem da infância brasileira na Colônia e no Império.

#### RESUMEN

Teniendo como punto de partida la necesidad de comprender las concepciones de la infancia presente en la posición pedagógica de los profesores, el estudio penetra en la historia brasilera y verifica, especialmente en la sociedad esclavista, las imágenes de respeto y consideración para con los niños.

Inicialmente discute el problema de la infancia desde el punto de vista histórico. Seguidamente son presentados aspectos de la vida de los "indios" en relación a los niños, en el momento en el que los colonizadores desembarcan en el Brasil. Al final, el artículo permite que el lector componga una imagen de la infancia brasilera durante la época del Império.